

Conjuntura internacional

01. O mundo assistiu com horror à **guerra que durou doze dias** desencadeada pela agressão injusta de Israel contra o Irã iniciada no último 13 de junho. A estratégia de dominação imperialista israelense na região tem seu ponto mais grave no genocídio contra o povo palestino, mas já culminou em ataques ao Líbano, à Síria, ao Iêmen e à fronteira do Egito. Em relação ao próprio Irã, Israel já havia bombardeado a embaixada do país em Damasco há cerca de um ano. Em 12 dias de confronto, ao menos 638 pessoas morreram e mais de 8 mil ficaram feridas. A justificativa de Benjamin Netanyahu para agredir o Irã e desencadear a guerra foi desonesta, pois a propaganda de um tipo de guerra “preventiva” para evitar o avanço do programa nuclear do país não encontra fundamento em provas. Aliás, Israel é o único país do Oriente Médio que não assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).
02. Donald Trump tem responsabilidade ativa pelas mortes ocorridas nos doze dias. Além dos Estados Unidos ter fornecido armas e apoio diplomático à Israel desde o início do genocídio do povo palestino e das primeiras declarações a favor da “rendição total do Irã”, no dia 21 de junho o país jogou suas bombas diretamente neste país. Mais do que isso: os Estados Unidos lançaram mão da maior bomba não nuclear já conhecida pelo mundo, de sua propriedade exclusiva. Para piorar, isto ocorreu depois que o governo iraniano já tinha buscado ajuda internacional para um possível cessar-fogo.
03. Após doze dias de confronto, um cessar-fogo finalmente entrou em vigor. Publicamente, cada um dos três países envolvidos reivindica para si o balanço da vitória. O Irã mostrou capacidade de resistência ao objetivo declarado de Israel da derrubada de seu governo. Também mostrou que o “domo de ferro” de Israel não é infalível. Já Israel não obteve seus objetivos estratégicos, mas Netanyahu mostrou mais uma vez seu interesse e capacidade de ampliar a guerra por diferentes meios e frentes. Também fez isso em um momento onde crescia a pressão internacional contra o genocídio cometido contra o povo palestino que, aliás, seguiu ininterrupto durante os doze dias de guerra contra o Irã. Donald Trump já está fazendo propaganda do seu papel no confronto em favor do aumento da sua popularidade no país. O PSOL esteve a todo tempo contra a escalada da guerra no Oriente Médio. Estamos ao lado de todas as vozes que buscam transformar o atual cessar-fogo em um acordo de paz duradouro.
04. A questão palestina está situada em meio a essas dinâmicas geopolíticas de disputa de poder na região. São 80 anos de colonização do território palestino, mas desde outubro de 2023, o que assistimos é a um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade da história contemporânea. Um genocídio televisionado. Está em debate portanto a solidariedade ao povo palestino como uma questão humanitária e civilizatória. Mas além disso, está em questão a necessidade de defesa da soberania e da autodeterminação de povos ainda colonizados, como é o caso palestino, ou que adquiriram sua independência nas últimas décadas. A defesa da autodeterminação dos povos da periferia do capitalismo diante do imperialismo é uma questão programática para o PSOL.

05. Lamentavelmente, Netanyahu desfruta de impunidade porque as principais potências do mundo têm fechado os olhos ou não têm tomado iniciativas contundentes para impor um freio à agressão à soberania dos países do Oriente Médio, para as sucessivas violações do direito internacional e os repetidos crimes contra a humanidade cometidos por Israel. Por essa razão, é tão urgente cobrar de governos para que rompam relações comerciais e diplomáticas com Israel. O Itamaraty e o governo Lula já condenaram o genocídio do povo palestino, mas é muito importante ir além e romper acordos comerciais e relações diplomáticas com esse país. O PSOL tem participado de mobilizações a favor dessa agenda, pois é necessário isolar e deter Israel a nível internacional, lutar para colocar Netanyahu no banco dos réus. As decisões do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Penal precisam ser cumpridas para acabar com o genocídio, a guerra e a impunidade.
06. Ainda, sabemos que o mundo é hoje mais perigoso porque figuras da extrema direita, como Trump e Netanyahu, cresceram em todos os continentes. É um contexto de crise do próprio capitalismo, do modelo de governança e do sistema de Estados construído após a segunda guerra mundial. **Vemos com enorme preocupação o crescimento do investimento em armamento na Europa, do discurso em torno da autonomia estratégica e a construção do que já tem se chamado de “novas economias de guerra” na região. No mesmo sentido, o papel da OTAN tem sido de ampliar as provocações e as tensões geopolíticas. Por essa razão, também é uma questão programática para o PSOL defender o fim da OTAN em um contexto de ampliação das agressões imperialistas e ofensivas neocoloniais.**
07. Por essa razão, a disputa de um projeto da esquerda socialista está conectado com duas tarefas fundamentais. A primeira é a construção da unidade para barrar, nas eleições e nas ruas, o crescimento de alternativas de extrema direita. A segunda é a construção de alternativa política à barbárie, de disputa de um projeto socialista à altura de responder às demandas concretas, atuais e históricas da classe trabalhadora em cada país.
08. Por isso, valorizamos a criação do novo partido da esquerda europeia e a vitória de Zohran Mamdani nas prévias do partido democrata para a disputa da prefeitura em Nova York. A Aliança da Esquerda Europeia (ELA) é formada pela França Insubmissa, Podemos da Espanha, Bloco de Esquerda de Portugal, entre outros partidos da região. O lançamento da ELA acompanha a apresentação de um programa para enfrentar o crescimento da extrema direita, defender a paz contra as propostas de rearmamento dos países da União Europeia e busca recolocar no centro da política demandas da esquerda como a taxação das grandes fortunas. Já em Nova York, há outro sopro de esperança com Zohan, um jovem socialista de 33 anos, nascido em Uganda e de ascendência Indiana, que venceu as prévias apresentando a necessidade de transporte público gratuito, creches municipais, congelamento do aluguel social e taxação dos bilionários. **O resultado positivo das prévias em Nova York pode ser explicado também pela importância das mobilizações antifascistas e anti oligarquia lideradas por Bernie Sanders e Ocasio Cortez e pelos corajosos protestos realizados no mês de junho de 2025 em Los Angeles contra a política do governo Trump contra os imigrantes.**
09. Também valorizamos a mobilização das LGBT+ que tomou as ruas de Budapeste no último final de semana, desafiando a proibição do governo de extrema direita de Orbán à

realização da parada do orgulho na Hungria. A coragem dos mais de cem mil que foram às ruas para celebrar Stonewall é um exemplo da importância das mobilizações sociais para enfrentar a extrema direita.

10. Na América Latina, olhamos com preocupação para o que vem se passando na Argentina. Javier Milei segue na ofensiva com a aplicação de medidas antipopulares. A política da motosserra e o discurso em torno da “Liberdade avança” tem resultado em forte política de austeridade e privatização. A sucessiva aplicação de ajuste fiscal nos investimentos de saúde e educação, o fim de mais de 50 mil empregos públicos e o recente voto à possibilidade de ajuda do Estado na reconstrução de Bahia Blanca, cidade argentina devastada por inundações, vem junto com um discurso de “cruzada contra um culto ao estatismo”.
11. Os elogios do FMI e da imprensa liberal à diminuição da inflação no país não refletem a realidade. A economia argentina está na UTI, em dinâmica recessiva e com índices de pobreza elevados. No primeiro trimestre de 2025, o desemprego voltou a subir para 7,9% e há nítida redução do poder de compra da população argentina, especialmente entre funcionários públicos e aposentados. Frente ao anúncio recente de que novos cortes nos investimentos públicos estão sendo planejados, protestos de servidores da saúde e em defesa da educação ocorreram nesta semana. Assim, o PSOL declara seu apoio às mobilizações populares na Argentina contra Javier Milei e o ajuste fiscal.
12. Para agravar o quadro no país, a Corte argentina confirmou uma pena de seis anos e a inabilitação para o exercício de cargos públicos de Cristina Fernández Kirchner. Uma decisão sumária que interfere em próximos processos eleitorais. Não é uma novidade o uso do judiciário como arma de perseguição política. Essa é uma das marcas de um tipo de autoritarismo que nós já vimos ser aplicado no contexto da Lava Jato e do golpe contra Dilma Rousseff no Brasil. Longe de representar um sinal republicano de combate à corrupção, o que vemos no caso contra Cristina Kirchner é parcialidade, seletividade e conexão entre setores judiciais e empresariais. Esse caso de *lawfare* contra Kirchner se situa em uma mesma estratégia discursiva da extrema direita supostamente “anti-corrupção” mas que não tem nada a ver com ética institucional e sim com a estigmatização de adversários políticos, defesa de um modelo autoritário de regime e combate ao Estado. Por essa razão, a ampla maioria da esquerda argentina, não só a peronista, condenou a decisão da Corte e saiu às ruas para denunciar o caso. Nesse sentido, o PSOL se posiciona categoricamente contrário a essa medida de *Lawfare* contra Cristina Kirchner.
13. Em sentido oposto, na Colômbia o governo Gustavo Petro acaba de obter uma vitória significativa que beneficia os trabalhadores do país. A reforma trabalhista foi um dos projetos de reforma estrutural apresentados pelo governo desde o início do mandato há dois anos e acabou de ser aprovada no Senado com 57 votos a favor e 37 votos contrários. O projeto conta com medidas que garantem mais estabilidade no trabalho, dão prioridade a contratos permanentes, reduzem a jornada, ampliam o valor das horas extras, ampliam a segurança social de informais, entre outros. Mas essa vitória só pode ser explicada porque Petro não cedeu às chantagens e barreiras impostas pelo Congresso Nacional e recorreu à mobilização popular para furar o bloqueio. Foi depois que o governo convocou milhares às ruas e disse

que assinaria um decreto para convocar uma consulta popular para que o povo decidisse sobre o tema que o Congresso recuou e aprovou o texto.

- 14. Na América Latina, ainda, é importante visibilizar os protestos massivos no Panamá que, desde maio, cobram a revogação de uma reforma do sistema previdenciário defendida pela presidência do país. Lamentavelmente, houve uma escalada repressiva contra os protestos e os ativistas, tendo como saldo um civil morto, 300 detidos, dezenas de feridos, denúncias de desaparecimentos forçados e cerceamento à liberdade de imprensa. Assim, o PSOL reafirma a sua solidariedade com o povo panamenho.**
15. No Equador, depois de um processo eleitoral em abril deste ano manchado por abusos e da questionada legitimidade da recondução de Daniel Noboa à presidência, ambientalistas e povos indígenas estão contra o anúncio da reabertura e ampliação das concessões à mineração no país, que certamente vai impor novos riscos à sua biodiversidade. O novo anúncio do Equador se soma a um quadro que reforça a preocupação e a necessidade da luta ambiental em nossa região. O despreparo da capital peruana em lidar com abalos sísmicos, como se viu no recente terremoto que levou uma pessoa à morte, e a recorrência das enchentes que afetam novamente cidades do Rio Grande do Sul no Brasil e na Argentina são provas disso. O PSOL participará da COP 30 e cúpula dos povos com o objetivo de defender as medidas necessárias e urgentes para defender a justiça climática e a transição energética, a natureza e os povos tradicionais e originários.
16. No México, Cláudia Scheinbaum vem dando continuidade à chamada Quarta transformação mexicana, iniciada pelo seu antecessor López Obrador, ambos pelo partido Morena. A proposta de encerrar o período neoliberal no México tem se mostrado eficaz no desmantelamento da oposição de direita protagonizada pelos partidos tradicionais PRI e PAN. Apesar dos limites do Morena, o governo, que tem maioria no parlamento do país, conseguiu aprovar medidas ousadas e avançadas tal como a proibição do cultivo de milho transgênico no país e a reforma judicial que levou os mexicanos a escolherem membros do Poder Judiciário pelas urnas pela primeira vez. As mobilizações dos professores, que ocuparam diversas praças nas principais cidades do país contra a retirada dos direitos de pensões, e contra a construção de megaempreendimentos como o Trem Maya mostram como é possível aliar mobilizações populares apontando os limites do governo e ao mesmo tempo apoiá-lo em seus avanços.